



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

08/01/2016 ATÉ 08/01/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE CNJ.....	1
	1.2 SITE JUSBRASIL.....	2
2	COMARCAS	
	2.1 INTERNET - OUTROS.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG JEISAEL.COM.....	4
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	5
	4.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	6
5	TURMAS RECURSAIS	
	5.1 IMIRANTE.COM.....	7
6	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	6.1 IMIRANTE.COM.....	8
	6.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	9
	6.3 SITE SUA CIDADE.....	10

Presidente do TJMA discute propostas da magistratura com Diretoria da AMMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, recebeu nesta sexta-feira (8) a visita do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, que, acompanhado de diretores da entidade, apresentou pauta de sugestões da magistratura maranhense para a nova gestão.

Temas relacionados a uma possível reorganização judiciária foram discutidos na reunião, assim como a nomeação de novos juízes, investimento na segurança dos fóruns, valorização dos juízes de 1º Grau, regularização de fornecimento de material, efetivação da paridade entre ativos e inativos, entre outros assuntos.

Na ocasião, o desembargador Cleones Cunha ressaltou a importância de ouvir a magistratura para encontrar saídas para as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário, principalmente no momento econômico delicado que o país vive.

"Precisamos analisar o que é necessário fazer, para juntos, encontrarmos soluções diante dos desafios, que são muitos", afirmou o presidente, acrescentando que a nomeação de novos juízes é uma das ações prioritárias da atual gestão, que será estudada assim que a negociação com os servidores do Judiciário começar a ser solucionada e posta em prática.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, por sua vez, revelou que o momento vivido pelos magistrados nesse início de gestão é diferenciado e aponta boas expectativas, tendo em vista que o atual presidente da Corte Estadual de Justiça tem legitimidade e conquistou credibilidade junto à classe por estar sempre disponível a ouvir os juízes. "Sua postura cria um ambiente favorável ao desenvolvimento de um trabalho conjunto e coeso", assinalou.

REESTRUTURAÇÃO - A necessidade de uma reestruturação no âmbito do Judiciário estadual foi apresentada na reunião como uma possível solução para a falta de acesso à Justiça em determinadas regiões do Maranhão. Os dirigentes da AMMA sugeriram que seja feita uma análise criteriosa das unidades judiciais criadas e não instaladas, da realidade de distribuição de determinadas comarcas, reorganizando a estrutura já existente.

"Não queremos vir apenas solicitar a instalação de varas e nomeação de juízes porque sabemos que estamos em um momento difícil e também que, em vários casos, esta não será a solução. Mas pensarmos uma reestruturação, que não impacte em criação de estruturas e mais gastos, é uma opção viável", completou Gervásio Santos.

O desembargador Cleones Cunha frisou que novas reuniões serão realizadas com a participação dos juízes e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para fazer levantamentos sobre a situação das comarcas no Estado, com vistas a uma adequação das necessidades jurisdicionais.

"Nossa gestão será compartilhada. Quero e preciso da participação de vocês para que possamos colocar nossos projetos em prática, com engajamento dos magistrados e servidores", ressaltou o presidente do TJMA.

Além do presidente da AMMA, participaram da reunião a diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Martins, e os juízes Marcelo Silva Moreira, 1º vice-presidente AMMA, Ângelo Antônio Alencar dos Santos, 2º vice-presidente, Lavínia Macedo Coelho, 3ª vice-presidente, Holidice Barros, secretário-geral, e Carlos Henrique Rodrigues Veloso, tesoureiro-geral.

Presidente do TJMA discute propostas da magistratura com Diretoria da AMMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, recebeu nesta sexta-feira (8) a visita do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, que, acompanhado de diretores da entidade, apresentou pauta de sugestões da magistratura maranhense para a nova gestão. Temas relacionados a uma possível reorganização judiciária foram discutidos na reunião, assim como a nomeação de novos juízes, investimento na segurança dos fóruns, valorização dos juízes de 1º Grau, regularização de fornecimento de material, efetivação da paridade entre ativos e inativos, entre outros assuntos. Na ocasião, o desembargador Cleones Cunha ressaltou a importância de ouvir a magistratura para encontrar saídas para as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário, principalmente no momento econômico delicado que o país vive. "Precisamos analisar o que é necessário fazer, para juntos, encontrarmos soluções diante dos desafios, que são muitos", afirmou o presidente, acrescentando que a nomeação de novos juízes é uma das ações prioritárias da atual gestão, que será estudada assim que a negociação com os servidores do Judiciário começar a ser solucionada e posta em prática. O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, por sua vez, revelou que o momento vivido pelos magistrados nesse início de gestão é diferenciado e aponta boas expectativas, tendo em vista que o atual presidente da Corte Estadual de Justiça tem legitimidade e conquistou credibilidade junto à classe por estar sempre disponível a ouvir os juízes. "Sua postura cria um ambiente favorável ao desenvolvimento de um trabalho conjunto e coeso", assinalou. REESTRUTURAÇÃO - A necessidade de uma reestruturação no âmbito do Judiciário estadual foi apresentada na reunião como uma possível solução para a falta de acesso à Justiça em determinadas regiões do Maranhão. Os dirigentes da AMMA sugeriram que seja feita uma análise criteriosa das unidades judiciais criadas e não instaladas, da realidade de distribuição de determinadas comarcas, reorganizando a estrutura já existente. "Não queremos vir apenas solicitar a instalação de varas e nomeação de juízes porque sabemos que estamos em um momento difícil e também que, em vários casos, esta não será a solução. Mas pensamos uma reestruturação, que não impacte em criação de estruturas e mais gastos, é uma opção viável", completou Gervásio Santos. O desembargador Cleones Cunha frisou que novas reuniões serão realizadas com a participação dos juízes e da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para fazer levantamentos sobre a situação das comarcas no Estado, com vistas a uma adequação das necessidades jurisdicionais. "Nossa gestão será compartilhada. Quero e preciso da participação de vocês para que possamos colocar nossos projetos em prática, com engajamento dos magistrados e servidores", ressaltou o presidente do TJMA. Além do presidente da AMMA, participaram da reunião a diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Martins, e os juízes Marcelo Silva Moreira, 1º vice-presidente AMMA, Ângelo Antônio Alencar dos Santos, 2º vice-presidente, Lavínia Macedo Coelho, 3ª vice-presidente, Hólídice Barros, secretário-geral, e Carlos Henrique Rodrigues Veloso, tesoureiro-geral.

Com duas condenações no TCE, Dr. Julinho está inelegível

Dr. Julinho: Ficha suja.

Blog do Clodoaldo Corrêa - O pré-candidato a prefeito de São José de Ribamar, Júlio César de Sousa Matos, o Dr. Julinho (PMDB), está inelegível e, neste momento, não pode concorrer à prefeitura nas eleições deste ano.

O ex-prefeito do município foi condenado por irregularidades nas contas quando foi diretor da maternidade Benedito Leite. Julinho foi condenado em dois processos: 2007 e 2008. Os processos foram transitados em julgado em 08 de outubro de 2010.

Como a inelegibilidade é contada a partir da condenação, Julinho está inelegível desde 2010 e só voltará a poder concorrer a uma eleição após 2018.

Porém, a estratégia do ex-prefeito ribamarense é conseguir na Justiça a reviravolta de sua situação. Julinho e seu filho foram para o PMDB. Corre nos bastidores de que teriam a garantia de uma força dos caciques peemedebistas no TJ para que a decisão do tribunal de contas seja revertida. O ex-prefeito conseguiu uma liminar para um dos processos - que ainda não chegou ao TCE. Mas segue com a outra condenação. Pode ser que realmente consiga reverter, mas hoje, Dr. Julinho é ficha suja.

Veja as condenações:

Juízes tomam posse nas Turmas Recursais do Tribunal de Justiça

IMPERATRIZ - Em solenidade realizada nesta sexta-feira (8), os juízes Samir Mohana, Welinne Coelho e Joscelmo Gomes assinaram termo de posse e exercício como novos integrantes de turmas recursais. A assinatura dos termos foi presidida pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Além da corregedora, a juíza Márcia Chaves deu as boas-vindas aos magistrados, ressaltando a importância do engajamento dos juízes das turmas em dar vazão aos recursos. "O Judiciário não tem medido esforços no sentido de ser mais célere. Hoje recebemos esses valorosos magistrados e com a certeza de que darão o melhor", destacou ela.

O juiz Joscelmo Sousa Gomes, titular do 1º Juizado Especial Cível de Imperatriz, tomou posse como titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz. "Hoje a turma recursal de Imperatriz está com, aproximadamente, 4 mil processos pendentes de julgamentos. Nosso intuito é promover reuniões extras no sentido de diminuir drasticamente esse número", ressaltou ele, que compõe a turma juntamente com os juízes Joaquim da Silva Filho e Débora Jansen.

A juíza Welinne Coelho, que é titular da 2ª Vara de Chapadinha, tomou posse como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Chapadinha. O outro juiz que tomou posse como membro suplente da turma foi Samir Mohana, titular da Comarca de Urbano Santos.

Vara da Infância de São Luís inicia fiscalização em eventos carnavalescos

SÃO LUÍS - As ações de fiscalização realizadas pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís serão intensificadas a partir deste sábado (9). Ao longo de todo o período pré-carnavalesco e nos dias oficiais da folia, o Setor de Proteção à Criança e Adolescente da unidade judicial estará presente nos eventos festivos realizados em São Luís.

O objetivo é verificar o cumprimento das regras para a participação de crianças e adolescentes nos eventos, garantido a proteção integral destes nas festas que são comuns nesta época do ano. Toda a equipe de comissários de menores da Vara atuará na fiscalização, verificando a compatibilidade da faixa etária e realizando abordagens relativas ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 243 (Lei 8069/90), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas.

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela unidade judicial, explica que a intensificação da fiscalização visa coibir práticas que ponham em risco a integridade das crianças e adolescentes. "Impedir ou tentar embaraçar a fiscalização dos comissários de justiça poderá ensejar pena de detenção de seis meses a dois anos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei", concluiu a magistrada.

Regras

O prazo para solicitação do alvará de participação dos menores nos eventos carnavalescos iniciou em 04 de janeiro e se estende até próximo dia 22, conforme a Portaria n.º 01/2016 expedida pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís.

Todas as regras para participação de menores em eventos carnavalescos podem ser conferidas nas Portarias 001/2012 e 01/2016, em anexo.

E AGORA ROBERVAL CAMPELO? JUSTIÇA INTERDITA MATADOURO DE CAPINZAL DO NORTE

A Justiça do Maranhão, por meio da Comarca de Santo Antônio dos Lopes, determinou, na terça-feira (05), a interdição imediata do matadouro público da cidade de Capinzal do Norte.

A decisão é consequência da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado (MPMA), que pedia apreensão de ferramentas e equipamentos utilizados para abates de bovinos e bubalinos, bem como condenação em danos morais coletivos.

Emendada a inicial para que o réu seja condenado a construir um novo matadouro público dentro das normas sanitárias, em virtude da desativação do matadouro objeto da presente ação.

Na ACP, relata também que o matadouro municipal de Capinzal do Norte não possuía condições de permanecer em funcionamento, considerando o laudo da agência estadual de defesa agropecuária - AGDEA/MA e que o problema sanitário do matadouro vem se arrastando desde 2008 e nenhuma providência foi tomada

No despacho, o órgão competente afirma que a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão será responsável por fiscalizar o adequado cumprimento da ordem judicial contida na sentença, adotando medidas legais.

“Razões administrativas não merecem prevalecer em face dos princípios da dignidade da pessoa humana, sobretudo quando envolve questão de saúde pública dos cidadãos. 2. Demonstrada a omissão do Poder Público na garantia à população do direito fundamental à saúde pública, justifica-se a intervenção judicial no controle dos atos administrativos, não havendo ofensa ao princípio da separação dos poderes. 3. A presente matéria desafia a interferência do Judiciário em ações de políticas públicas de governo. Esse ativismo se dá pela necessidade de efetivação dos princípios constitucionais. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido objetivando a majoração do prazo para cumprimento das medidas e exclusão da multa por atraso” trecho da decisão da Justiça.

Vara da Infância de São Luís inicia fiscalização em eventos carnavalescos

As ações de fiscalização realizadas pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís serão intensificadas a partir deste sábado, dia 09. Ao longo de todo o período pré-carnavalesco e nos dias oficiais da folia, o Setor de Proteção à Criança e Adolescente da unidade judicial estará presente nos eventos festivos realizados em São Luís.

O objetivo é verificar o cumprimento das regras para a participação de crianças e adolescentes nos eventos, garantindo a proteção integral destes nas festas que são comuns nesta época do ano. Toda a equipe de comissários de menores da Vara atuará na fiscalização, verificando a compatibilidade da faixa etária e realizando abordagens relativas ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 243 (Lei 8069/90), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas.

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela unidade judicial, explica que a intensificação da fiscalização visa coibir práticas que ponham em risco a integridade das crianças e adolescentes. "Impedir ou tentar embarçar a fiscalização dos comissários de justiça poderá ensejar pena de detenção de seis meses a dois anos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei", concluiu a magistrada.

REGRAS - O prazo para solicitação do alvará de participação dos menores nos eventos carnavalescos iniciou em 04 de janeiro e se estende até próximo dia 22, conforme a Portaria n.º 01/2016 expedida pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís. Todas as regras para participação de menores em eventos carnavalescos podem ser conferidas nas Portarias 001/2012 e 01/2016, em anexo.

Judiciário apoia a recuperação de dependentes químicos no Maranhão

A Comunidade Terapêutica Betel – entidade sem fins lucrativos que atua na recuperação de dependentes de drogas, com apoio psicológico, social e clínico – desenvolve campanha junto aos servidores do Judiciário maranhense para recebimento de doações de alimentos (não perecíveis), calçados, roupas, itens de higiene pessoal, artigos para cama, mesa e banho, entre outros. A iniciativa, de cunho social, é coordenada pelo motorista do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Pedro Paulo Félix.

A entidade funciona em um sítio com horta, criadouro de aves e área recreativa para prática de atividades esportivas, culturais e produção de artesanato, entre outras. “A experiência tem sido bastante positiva. Após o tratamento, eles ‘renascem’ e se tornam aptos a conviver novamente na sociedade. Vê-los felizes, fazendo projetos de vida, sonhando, é algo que não tem preço”, frisa Pedro Paulo. Ele acrescentou que o trabalho busca mostrar a importância do amor a Deus e ao próximo e a construção de uma vida digna em família.

Doações - Fundada há quase três anos, a Comunidade Terapêutica Betel, localizada no Jardim Tropical, em São Luís, é mantida com doações feitas por familiares dos residentes e profissionais voluntários de uma igreja cristã evangélica. A entidade funciona na Rua do Fio, nº 2000, Matinha, São José de Ribamar, e recebe visitas nos finais de semana.

Para atender à procura crescente de pessoas em situação de dependência que procuram ajuda para se afastarem das drogas, a entidade precisa ampliar as instalações, construindo mais alojamentos no local. Doações nesse sentido podem ser depositadas no Banco do Brasil (agência 2972-6, conta corrente 10.362-4) ou na Caixa Econômica (agência 27013, conta corrente 613.290-0). Mais informações sobre doações podem ser obtidas pelos telefones: (98) 99110-5091 (Whatsapp), (98) 98750-4872 e (98) 98228-5671.

Judiciário apoia a recuperação de dependentes químicos no Maranhão

A Comunidade Terapêutica Betel – entidade sem fins lucrativos que atua na recuperação de dependentes de drogas, com apoio psicológico, social e clínico – desenvolve campanha junto aos servidores do Judiciário maranhense para recebimento de doações de alimentos (não perecíveis), calçados, roupas, itens de higiene pessoal, artigos para cama, mesa e banho, entre outros. A iniciativa, de cunho social, é coordenada pelo motorista do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Pedro Paulo Félix.

A entidade funciona em um sítio com horta, criadouro de aves e área recreativa para prática de atividades esportivas, culturais e produção de artesanato, entre outras. “A experiência tem sido bastante positiva. Após o tratamento, eles ‘renascem’ e se tornam aptos a conviver novamente na sociedade. Vê-los felizes, fazendo projetos de vida, sonhando, é algo que não tem preço”, frisa Pedro Paulo. Ele acrescentou que o trabalho busca mostrar a importância do amor a Deus e ao próximo e a construção de uma vida digna em família.

Doações - Fundada há quase três anos, a Comunidade Terapêutica Betel, localizada no Jardim Tropical, em São Luís, é mantida com doações feitas por familiares dos residentes e profissionais voluntários de uma igreja cristã evangélica. A entidade funciona na Rua do Fio, nº 2000, Matinha, São José de Ribamar, e recebe visitas nos finais de semana.

Para atender à procura crescente de pessoas em situação de dependência que procuram ajuda para se afastarem das drogas, a entidade precisa ampliar as instalações, construindo mais alojamentos no local. Doações nesse sentido podem ser depositadas no Banco do Brasil (agência 2972-6, conta corrente 10.362-4) ou na Caixa Econômica (agência 27013, conta corrente 613.290-0). Mais informações sobre doações podem ser obtidas pelos telefones: (98) 99110-5091 (Whatsapp), (98) 98750-4872 e (98) 98228-5671.

Justiça divulga portaria sobre alvarás para participação de crianças no carnaval

Justiça divulga portaria sobre alvarás para participação de crianças no carnaval

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que está respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, assinou portaria na qual define prazo para requerimento de alvarás de crianças e adolescentes que irão participar em desfiles e apresentações nas festividades carnavalescas deste ano, em conformidade com a portaria que regulamenta a participação de crianças e adolescentes nessa época do ano, datada de 2012.

A portaria assinada pela magistrada, ressalta que o prazo para recebimento dos documentos iniciado no dia 4 de janeiro, segue até o dia 22 de janeiro.

Esses documentos deverão ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente, que fica no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os alvarás serão entregues aos requerentes no período de 1º a 5 de fevereiro próximo.